



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 13 de junho de 2011

A CRÍTICA

Rodrigo Araújo	1
BEM VIVER	

AMAZONAS EM TEMPO

Contexto	2
OPINIÃO	

AMAZONAS EM TEMPO

Contexto	3
OPINIÃO	

AMAZONAS EM TEMPO

Taxa Selic	4
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO

Previdência	5
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO

Governo amplia proposta de Reforma Tributária	6
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO

Sensibilizar, ambientalmente, é preciso	7
PLATÉIA	

DIÁRIO DO AMAZONAS

Economia vai crescer menos em 2011	8
AMAZONAS	

DIÁRIO DO AMAZONAS

Economia vai crescer menos em 2011 (continuação)	9
AMAZONAS	

DEZ MINUTOS

ARTIGO	10
--------------	----

Rodrigo Araújo

Idiomas na Fucapi

A Copa de 2014 tem atraído cada vez mais interessados nos cursos de línguas estrangeiras da Fucapi. A instituição registrou alta de 130% no número de inscrições até maio deste ano, comparado ao mesmo período de 2010. As turmas de Inglês, Espanhol, Japonês e Francês já somam 730 alunos.

Contexto

MP 534

Os efeitos e impactos que a Medida Provisória 534 (dos Tablets) poderá trazer para a Zona Franca de Manaus serão assuntos discutidos amanhã, no plenário da Assembleia Legislativa do Amazonas, durante audiência pública, de autoria do deputado estadual Arthur Bisneto (PSDB), presidente da Comissão de Indústria, Comércio Exterior e Mercosul (Cicem).

Contexto

Lei de Informática >>>> A bancada no Congresso, empresários, trabalhadores e demais entidades amazonenses precisam aproveitar a intenção do governo federal de revisar a Lei de Informática elaborada e implantada durante o governo FHC para buscar compensações ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Lei de Informática 2 >>>> O próprio ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante (PT), reconhece a necessidade de alterações na legislação, afirmando que a legislação atual acaba funcionando mais como um mecanismo para buscar isonomia entre os benefícios fiscais do PIM e os do restante do país.

Taxa Selic

Chinesa Hankook reúne empresários, em Manaus

Considerada como a maior fabricante de pneus da Coréia (presente em 180 países), a empresa Hankook realiza hoje, em Manaus, no auditório do Sebrae-AM, no Centro, uma reunião com cem empresários do setor automotivo.

Quinta maior do mundo em produção de pneus e a sétima em faturamento, com crescimento de 17% nos últimos oito anos, a Hankook quer atingir em 2012 a marca de produção de 91 milhões de pneus. Por conta disso, realiza a primeira convenção de vendas na capital.

O diretor presidente da Hankook, para América Latina, James Kwon, é quem apresentará a alta tecnologia das pistas de competição, empregada para o uso em frotas, carros de passeio e até em carros de competições off-road.

O objetivo do evento é transmitir novas informações e motivar parceiros, que já trabalham com a marca. O momento será oportuno para ensinar e rever conceitos junto a equipes.

A expansão da Hankook Pneus está sendo fortalecida no Norte do país por distribuidores, como a empresa amazonense Jô Pneus, que está há 30 anos no mercado regional.

"Conheci a Hankook na feira Sema Show, um dos eventos automotivos mais importantes do mundo que acontece, anualmente, em Las Vegas (EUA). Vi pneus fortes e estáveis, para carros tipo van, e aí me interessei pela marca ao perceber, há algum tempo, que fabricantes nacionais não tinham medidas que atendessem a vans", explicou o proprietário da empresa, Jô Silva. Ele afirmou que a grande vantagem da marca Hankook é o custo benefício que varia de 15 a 30%, em economia, para bolso do consumidor.

Os pneus da Hankook têm alta performance em pista seca ou molhada. Quando a pista está úmida a capacidade de drenagem de água é alta. Além disso, os blocos dos ombros de cada pneu minimizam as vibrações, propiciando alto grau de conforto e precisão de direção.

Previdência

INSS quer alterar formas de pensão

O Ministério da Previdência Social estuda formas de alterar a pensão do INSS. Em uma reunião no Senado, o ministro Garibaldi Alves (Previdência) apontou como distorções a ausência de carência para receber o benefício, o direito à pensão por toda a vida independentemente da idade da viúva, a dependência presumida do cônjuge (ou seja, não é considerado se ele trabalha ou não) e a concessão de valor integral sem levar em conta o número de dependentes.

Embora ainda não haja um projeto final para mudar a regra da pensão, esses pontos devem ser trabalhados.

Imagine dois trabalhadores que tenham média salarial de R\$ 3 mil e que são casados. Um dos casais tem 30 anos, não tem filhos e ambos trabalham. O outro casal tem 50 anos, três filhos e só o homem trabalha. Em caso de morte, as duas viúvas receberão o mesmo valor de pensão: R\$ 3 mil

Além disso, a regra atual usada para calcular a pensão gera uma outra distorção.

Imagine que, no lugar dos dois trabalhadores do exemplo acima, estão duas trabalhadoras. A segunda, porém, se aposenta ao chegar aos 50 anos. Sua aposentadoria, devido ao fator previdenciário, será de R\$ 1,8 mil. No caso de morte, esse é o valor da pensão para seu dependente, enquanto o cônjuge da outra trabalhadora – com 30 anos, sem filhos e que trabalha –, também no caso de sua morte, receberia R\$ 3 mil

Isso ocorre porque a pensão será igual à aposentadoria se quem morreu já tinha se aposentado, mas equivale à média salarial do trabalhador no caso de sua morte antes do pedido do benefício.

Quem tem direito

Para a concessão da pensão, é necessário que o trabalhador tenha a qualidade de segurado ao morrer.

Governo amplia proposta de Reforma Tributária

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil

Brasília – Depois de apelos dos governadores, o governo concordou em ampliar a proposta de reforma tributária que pretende enviar ao Congresso no começo do segundo semestre. Inicialmente restrita à diminuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual, agora a discussão se estenderá a outras questões. O Ministério da Fazenda, no entanto, quer consenso entre os Estados para evitar o acirramento dos debates no Congresso.

O tema com maior consenso dentro da equipe econômica diz respeito à revisão do indexador da dívida dos Estados. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, o ministro Guido Mantega admitiu incluir o assunto na Reforma Tributária. A preocupação da equipe econômica, no entanto, é que a mudança exigiria a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“O ministro se mostrou disposto a tratar dessa questão, desde que haja o comprometimento de que esse seja o único ponto a ser mudado na Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou Barbosa na última terça-feira (7) após reunião com governadores do Norte e do Centro-Oeste.

Atualmente, as dívidas dos Estados são corrigidas pelo IGP-DI mais 6% ou 7,5% ao ano, dependendo do caso.

Em épocas de alta na inflação, como nos últimos meses, os débitos disparam e comprometem a capacidade de investimento dos governos estaduais. Os governadores propuseram a criação de uma trava no indexador. A correção seria limitada à taxa Selic (juros básicos da economia), que corrige boa parte da dívida pública federal.

Outro tema que deve ser incluído na reforma tributária é a mudança na distribuição do Fundo de Participação dos

*O governo só não
cedeu, até agora,
na alíquota do ICMS
interestadual, que
não será diferenciada
entre Estados e na
redistribuição royalties*

Estados, formado por impostos federais que a União repassa aos governadores. No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou defasados os critérios de repartição e determinou a substituição das regras atuais até dezembro de 2012. Barbosa admitiu que os novos critérios podem constar da reforma, desde que haja consenso entre os Estados e a proposta que cria os fundos de compensação para os Estados que perderem com a Reforma Tributária

seja enviada ao Congresso por meio de projeto de lei complementar.

Segundo a equipe econômica, a maioria das reivindicações terá de ser debatida pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários de Fazenda das 27 unidades da Federação, para evitar divergências no Congresso. Entre os pontos que exigirão acordo no Confaz estão a regulamentação do comércio eletrônico e a validação dos incentivos fiscais derrubados pelo STF há cerca de dez dias.

Hoje, todo o ICMS das mercadorias compradas pela internet fica com os Estados onde são registradas as páginas de comércio eletrônico. Os governadores compradores querem a repartição do imposto, como ocorre com os automóveis. De acordo com Barbosa, a questão pode ser resolvida internamente pelo Confaz, mas o governo pode enviar um projeto de lei ou medida provisória ao Congresso se os Estados desejarem.

Apenas em dois pontos o governo não cedeu aos governadores. A alíquota do ICMS interestadual não será diferenciada entre Estados ricos e pobres. A equipe econômica também não aceitou incluir a redistribuição de royalties do petróleo e da renda do pré-sal na reforma tributária. “De fato, essa questão é federativa, mas tem dinâmica própria e já está sendo discutida no Congresso”, disse Barbosa na semana passada.

Sensibilizar, ambientalmente, é preciso

Algumas perguntas: Com uma população de aproximadamente 2 milhões (projetado a menor para sensibilizar os leigos) de pessoas onde estão sendo jogadas as pilhas e baterias usadas por todos? Se cada pessoa usar em média, 1 bateria e 2 pilhas por ano, serão 6 milhões de pilhas. Onde estão sendo coletadas?

Se acharem muito dois mi-

lhões de pessoas, é só movimentar os números e perguntar onde, como e quando foram enviados esses dejetos, para serem destruídos ou reaproveitados, ecologicamente correto. Quem faz esse tipo de trabalho aqui no Amazonas? Para onde foram as perdas de mais de 200 milhões de pilhas e baterias das indústrias do PIM adquiridas anualmente para os controles remotos dos aparelhos aqui produzidos e celulares, cuja perda fica por volta de 0.30% a 0.70%, que equivalem na média 0.50%, totalizando 1 milhão de pilhas e baterias aqui em Manaus? Existe algum sinal ou prova disso nas indústrias, na Semulp e no Estado do Amazonas. Os representantes das pilhas: Rayovac, Duracell, Panasonic e outras marcas estão preocupados com isso? Posso afirmar, que nos últimos 30 anos nunca vi ninguém falar disso e os locais mais próximos para serem descartados são: nossos rios, igarapés e os lixões das cidades do Amazonas. Fui!

Economia vai crescer menos em 2011

As projeções de crescimento da economia brasileira para este ano foram reduzidas em até meio ponto percentual pelo mercado. Há consultorias que esperam aumento de 3,4% para o Produto Interno Bruto (PIB), mais de um ponto abaixo do projetado pelo governo, que é de 4,5%.

Os empresários da indústria e do comércio também cortaram as expectativas de produção e vendas para o ano, diante do acúmulo de estoques em seus armazéns. A mudança de prognóstico está muito longe de ser uma freada brusca no ritmo de atividade, mas indica uma moderação do crescimento.

Os distribuidores de aço, por

exemplo, encerraram maio com estoques equivalentes a 3,8 meses de vendas, um mês acima do normal, segundo o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Os distribuidores respondem por 30% do mercado de aço plano, usado pela indústria automobilística, de eletrodomésticos e pela construção civil. "Estamos sentindo o desaquecimento.

Os fabricantes de autopeças, de máquinas e as construtoras estão comprando menos aço", conta o presidente do Inda, Carlos Jorge Loureiro.

CONFIRA AS NOVAS

3,4%

é o aumento previsto para o Produto Interno Bruto (PIB), mais de um ponto abaixo do projetado pelo governo, que é de 4,5%.

Sector automotivo

Outro setor que acumula hoje estoques acima do normal é o automotivo, mesmo batendo recordes de produção e vendas. Entre janeiro e maio, o



Mesmo batendo recorde de vendas, o setor automotivo acumula estoques acima do normal, segundo os fabricantes / Foto: Epitácio Pessoa/AE

volume de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus espalhados entre fábricas e revendas era equivalente a 31,4 dias de vendas, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Normalmente, o estoque médio mensal varia entre 25 e

27 dias de vendas.

"A economia murchou e o desempenho do PIB do primeiro trimestre mostra isso", afirma o economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges. Segundo ele, foi exatamente esse estoque que escondeu a desaceleração. Expurgado o estoque,

o PIB cresceu 0,7% no primeiro trimestre em relação ao último de 2010, já descontados os efeitos sazonais. Já o crescimento do PIB com os estoques foi de 1,3% no primeiro trimestre.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Economia vai crescer menos em 2011 (continuação)

Indústria investe menos, mas quer manter inovação

Pressionada pela desaceleração da atividade econômica e pelo avanço dos produtos importados, a indústria brasileira de transformação deverá reduzir seus investimentos este ano, menos em inovação. Levantamento da Federação das Indústrias do

Estado de São Paulo (Fiesp) indica que os investimentos das empresas do setor deverão somar R\$ 167,15 bilhões, o que representará redução de 4,7% em relação aos R\$ 175,4 bilhões de 2010. Os recursos para a inovação de processos e produtos, no

entanto, deverão crescer 16,6%, de R\$ 17,4 bilhões, no ano passado, para R\$ 20,3 bilhões, agora.

As projeções têm como base uma pesquisa feita com 1.220 empresas com fábricas em todo o País. Desse total, 33% disseram que não pretendem fazer nenhum

investimento em 2011. O número é consideravelmente maior que o do ano passado, quando só 23,6% declararam que não fariam investimentos.

O investimento em máquinas e equipamentos ainda é a principal parcela dos investimentos

empresariais e deverá representar 73% do total previsto para 2011, apesar da redução de 7,3% no valor, de R\$ 133,1 bilhões para R\$ 122,4 bilhões. Também deverá haver queda de 8,2% dos investimentos em gestão e de 1,5% em pesquisa e desenvolvimento.

ARTIGO

Falando sério

ARTHUR VIRGÍLIO NETO é diplomata



A Zona Franca é o mais bem sucedido modelo de desenvolvimento regional já exercitado no País. O Amazonas sobrevive dela.

Não podemos deixar morrer uma economia capaz de, bem trabalhada, sustentar Manaus, desenvolver o interior e beneficiar Acre, Rondônia, Roraima e Amapá.

O Brasil desconhece a proteção que dá à segurança nacional e ao equilíbrio climático

mundial. E há problemas: metade da população amazônica é muito pobre e o modelo se sustenta exclusivamente nos incentivos fiscais. Além disso, o governo federal tem tomado medidas agressivas contra o Amazonas, como as ZPEs e a tolerância com o comércio de produtos chineses via Paraguai.

É urgente prorrogar a vigência dos incentivos. Aprovada pelo Senado, tramita na Câmara a minha PEC que leva a validade a 2033. A PEC 29, também de minha iniciativa, que propõe a prorrogação por 50 anos, até

2073, está no Senado.

Deixei outra PEC, estendendo os incentivos aos municípios da Região Metropolitana. Aprovei no Senado outra PEC (falta a Câmara deliberar), alterando o nome da ZFM para Polo Industrial da Amazônia Brasileira. Para deixar claro que é produção com agregação de valor tecnológico e não comercialização de importados.

Urge prorrogar os incentivos da

Sudam. Lula se equivocou vetando (fui relator no Plenário) o artigo que equiparava os incentivos à ZFM. A solução é derrubar o veto presidencial.

Não podemos mais tolerar que o governo contingencie recursos próprios da Suframa, que precisa voltar a investir na Amazônia Ocidental mais Amapá, motivando 40 deputados e 15 senadores à defesa do PIM.

Finalmente, o Amazonas precisa exigir que as alterações tributárias em curso (manipulações do ICMS, por exemplo) reduzam as vantagens comparativas da ZFM.

O Brasil desconhece a proteção que dá ao equilíbrio climático mundial.